

Demonstrações contábeis

Central Eólica São Jorge S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Central Eólica São Jorge S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Central Eólica São Jorge S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Eólica São Jorge S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.




**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.465	142
Cauções e depósitos vinculados	4	-	10.929
Contas a receber de clientes	5	3.238	1.401
Contas a receber partes relacionadas		-	1.787
Estoques	6	3.187	2.842
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.103	132
Outros tributos a recuperar		25	23
Outros ativos		583	201
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		13.601	17.457
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados	4	2.266	1.916
Tributos diferidos		780	473
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.908	-
Outros ativos		1.397	757
Imobilizado, líquido	7	101.863	100.693
Intangível, líquido		194	209
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		110.408	104.048
TOTAL DO ATIVO		124.009	121.505
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		637	2.347
Empréstimos e financiamentos	8	5.237	5.217
Contas a pagar partes relacionadas		1.001	1.361
Conta de ressarcimento	9	41.157	3.947
Passivo de arrendamento		-	114
Imposto de renda e contribuição social a pagar		271	227
Outros tributos a pagar		223	104
Dividendos a pagar		127	127
Outras obrigações		-	10.852
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		48.653	24.296
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	8	25.628	30.479
Conta de ressarcimento	9	6.951	31.180
Passivo de arrendamento		-	1.819
Provisão para desmobilização		1.261	1.112
Outras obrigações		54	53
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.894	64.643
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social subscrito e integralizado		58.256	48.107
Prejuízos acumulados		(16.794)	(15.541)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	41.462	32.566
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		124.009	121.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	11	11.113	21.935
Custo de produção e operação de energia	12	<u>(11.857)</u>	<u>(10.993)</u>
LUCRO BRUTO		<u>(744)</u>	<u>10.942</u>
Gerais e administrativas		(146)	(299)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(120)</u>	<u>(56)</u>
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		<u>(266)</u>	<u>(355)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(1.010)	10.587
Receitas financeiras		2.298	1.325
Despesas financeiras		<u>(6.060)</u>	<u>(5.872)</u>
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	<u>(3.762)</u>	<u>(4.547)</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO		(4.772)	6.040
Imposto de renda e contribuição social corrente		3.140	(1.710)
Imposto de renda e contribuição social diferido		<u>379</u>	<u>210</u>
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	14	<u>3.519</u>	<u>(1.500)</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(1.253)</u>	<u>4.540</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		
Outros resultados abrangentes	(1.253)	4.540
	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(1.253)	4.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		60.821	(20.081)	40.740
Lucro líquido do exercício		-	4.540	4.540
Aumento de capital social		5.130	-	5.130
Redução de capital social		(17.844)	-	(17.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	48.107	(15.541)	32.566
Lucro líquido do exercício		-	(1.253)	(1.253)
Aumento de capital social		10.149	-	10.149
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10	58.256	(16.794)	41.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
Atividades operacionais:			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.253)	4.540
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	12	4.187	4.639
Atualização da provisão para desmobilização	13	149	327
Atualização monetária ressarcimento	13	1.194	1.145
Juros sobre arrendamento	13	169	191
Receita sobre cauções e depósitos vinculados		(230)	(608)
Encargos financeiros de dívidas		3.555	3.747
Tributos e contribuições sociais diferidos		(379)	(210)
Baixa de ativo imobilizado e intangível		-	599
		7.392	14.370
Variação de ativos e passivos operacionais		(6.991)	12.291
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	8	(3.035)	(3.363)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(573)	(121)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(169)	(191)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais		(3.376)	22.986
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	7	(6.814)	(13.502)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	(10.406)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos		(6.814)	(23.908)
Atividades de financiamentos:			
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	8	(5.351)	(5.388)
Custos de empréstimos (custo de transação e prêmios)		-	337
(Aplicações) resgates de garantias de financiamento		10.809	16.773
Pagamentos de arrendamentos (principal)		(94)	(126)
Aumento de capital social	10	10.149	5.130
Redução de capital social		-	(17.844)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos		15.513	(1.118)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		5.323	(2.040)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		142	2.182
		5.465	142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Central Eólica São Jorge S.A. ("Companhia"), com sede em Trairi – Ceará, é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada "Eólica Santo Antônio de Pádua".

A Companhia é controlada diretamente pela Santos Energia Participações S.A. e indiretamente pela Auren Operações S.A. (anteriormente denominada AES Brasil Operações S.A.) e pela Auren Energia S.A.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ("ANEEL") a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Nova ("LEN") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
12º LEN/2011	412/2012	11/07/12	10/07/47	35 anos	2014	12	24,0	10,8

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.
- (ii) As Garantias Físicas anteriormente estabelecidas para a usina São Jorge foram revogadas pela Portaria 2.634/2023, ficando vigente o montante apresentado.

Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (i)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
12º LEN/2011	Distribuidoras	105.996	218,40	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

1.1 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 23 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$35.052 (R\$6.839 em 31 de dezembro de 2023) está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 15.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS- -Continuação

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

3 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os Certificados de Depósitos Bancários e Operações compromissadas são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	2.198	142
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	665	-
Quotas de fundos de Investimentos (a)	2.602	-
Total	5.465	142

- (a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2024, os CDBs, Operações compromissadas e Quotas de fundos de investimentos estão representados por operações com liquidez diária e rentabilidade média de 96,38% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

4 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2024	2023
Circulante		
Garantias de financiamento (i)	-	523
Garantias de compromissos contratuais	-	10.406
Subtotal	-	10.929
Não Circulante		
Garantias de financiamento (i)	2.266	1.916
Subtotal	2.266	1.916
Total	2.266	12.845

- (i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívidas da Companhia

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o exercício findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

4 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS--Continuação

	Movimentação
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.604
Adições	13.734
Atualização monetária	608
Baixas e resgates	(20.101)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.845
Adições	1.148
Atualização monetária	230
Baixas e resgates	(11.957)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.266
Circulante	-
Não Circulante	2.266

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	2024	2023
CIRCULANTE		
Mercado de Curto Prazo	221	969
Leilões de Energia Eólica	3.017	432
Total	3.238	1.401

6 ESTOQUES

	2024	2023
Almoxarifado	3.187	2.842
Total	3.187	2.842

O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no "custo médio ponderado"

7 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

7 IMOBILIZADO--Continuação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2024			2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,15%	28.285	(12.494)	15.791
Máquinas e equipamentos	3,91%	86.515	(34.458)	52.057
Móveis e utensílios e outros	7,13%	36	(16)	20
Veículos	14,29%	833	(357)	476
Imobilizado em serviço		115.669	(47.325)	68.344
Imobilizado em curso (i)		33.519	-	33.519
Bens vinculados às concessão e autorizações		149.188	(47.325)	101.863
Direito de uso de terreno arrendado		-	-	1.618
Total Imobilizado		149.188	(47.325)	100.693

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (i)	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.285	-	-	-	28.285
Máquinas e equipamentos	86.370	-	-	145	86.515
Móveis e utensílios e outros	36	-	-	-	36
Veículos	833	-	-	-	833
Imobilizado em serviço	115.524	-	-	145	115.669
Imobilizado em curso	27.076	6.814	-	(371)	33.519
Bens vinculados às concessão e autorizações	142.600	6.814	-	(226)	149.188
Direito de uso de terreno arrendado (i)	2.449	-	(2.449)	-	-
Subtotal	145.049	6.814	(2.449)	(226)	149.188
Depreciação / Amortização arrendamento	(44.356)	(4.173)	966	238	(47.325)
Total Imobilizado	100.693	2.641	(1.483)	12	101.863

7 IMOBILIZADO--Continuação

(b) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Baixas	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.286	-	-	-	(1)	28.285
Máquinas e equipamentos	85.272	-	(6.993)	(1.088)	9.179	86.370
Móveis e utensílios e outros	36	-	-	-	-	36
Veículos	833	-	-	-	-	833
Imobilizado em serviço	114.427	-	(6.993)	(1.088)	9.178	115.524
Imobilizado em curso	21.948	13.502	-	-	(8.374)	27.076
Bens vinculados às concessão e autorizações	136.375	13.502	(6.993)	(1.088)	804	142.600
Direito de uso de terreno arrendado	2.704	-	(255)	-	-	2.449
Subtotal	139.079	13.502	(7.248)	(1.088)	804	145.049
Depreciação / Amortização arrendamento	(41.025)	(4.620)	172	489	628	(44.356)
Total Imobilizado	98.054	8.882	(7.076)	(599)	1.432	100.693

- (i) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daqueles que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2024							Total circulante + não circulante
		Circulante				Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNDES - São Jorge	2030	5.462	112	(337)	5.237	27.311	(1.683)	25.628	30.865
Total da dívida		5.462	112	(337)	5.237	27.311	(1.683)	25.628	30.865

		2023							Total circulante + não circulante
		Circulante				Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNDES - São Jorge	2030	5.417	137	(337)	5.217	32.499	(2.020)	30.479	35.696
Total da dívida		5.417	137	(337)	5.217	32.499	(2.020)	30.479	35.696

8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS--Continuação

Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Empréstimos
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.363
Encargos financeiros	3.339
Variação monetária	408
Pagamento de principal	(5.388)
Pagamento de encargos financeiros	(3.363)
Diferimento dos custos de transação	(6)
Amortização dos custos de transação	343
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.696
Encargos financeiros	2.924
Variação monetária	294
Pagamento de principal	(5.351)
Pagamento de encargos financeiros	(3.035)
Amortização dos custos de transação	337
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.865

Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNDES	52.571	29/04/2014	TJLP + 2,45%	Mensal	Mensal	30.865	Dezembro de 2030	Construção do Parque Eólico São Jorge

Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Empréstimos	Custos de transação	Total
2026	5.462	(337)	5.125
2027	5.462	(337)	5.125
2028	5.462	(337)	5.125
2029	5.462	(337)	5.125
2030	5.463	(335)	5.128
Total	27.311	(1.683)	25.628

Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - BNDES	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

9 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre a Companhia e as distribuidoras e estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

9 CONTA DE RESSARCIMENTO--Continuação

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	41.157	3.947
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	6.951	31.180
Total passivo	48.108	35.127

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(34.765)
Adição / reversão	(5.111)
Amortização	5.894
Atualização monetária	(1.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(35.127)
Adição / reversão	(15.888)
Amortização	4.101
Atualização monetária	(1.194)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(48.108)
Circulante	(41.157)
Não circulante	(6.951)

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas

Os eventos de Constrained-off ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas--Continuação

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período “definitivo” do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

10 **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

10.1 **Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$58.256 (R\$48.107 em 31 de dezembro de 2023), composto pelas 58.256.000 (48.107.000 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aumento de Capital

Em 30 de junho de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$8.569, dividido em 8.569.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R\$56.676, dividido em 56.676.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 16 de dezembro de 2024, foi realizada a AGE para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$1.580, dividido em 1.580.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação

10.2 Reserva de Lucros

Reserva legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Reserva de investimentos

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024.

10.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

11 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconheceu a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

11 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

(c) Leilão de Energia Nova (LEN)

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Contratos bilaterais	17.751	18.890
Ressarcimento de energia	(8.976)	(1.101)
Mercado de curto prazo	2.880	2.699
Crédito de carbono	293	-
Outras receitas	-	2.656
Receita operacional bruta	11.948	23.144
(-) PIS e COFINS	(372)	(609)
(-) ICMS	(463)	(600)
Receita operacional líquida	11.113	21.935

12 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	(10)	-
Contratos com partes relacionadas	(3.063)	(2.757)
Mercado de curto prazo	(768)	(248)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.573)	(1.288)
Taxa de fiscalização ANEEL	(114)	(107)
Subtotal	(5.528)	(4.400)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(1.187)	(1.079)
Material	(372)	(848)
Depreciação e amortização	(4.187)	(4.639)
Seguros	(397)	-
Arrendamentos e aluguéis	(159)	(11)
Contribuições setoriais	(17)	(16)
Outros custos operacionais	(10)	-
Subtotal	(6.329)	(6.593)
Total	(11.857)	(10.993)

13 RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	182	691
Variações monetárias	1.683	625
Variações cambiais	77	4
Outras receitas financeiras	356	5
Subtotal	2.298	1.325
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(3.555)	(4.090)
Atualização ressarcimento	(1.194)	(1.145)
Juros sobre arrendamento	(169)	(191)
Atualização de provisão para desmobilização	(149)	(327)
Tarifas e encargos bancários	(69)	(119)
Outras despesas financeiras	(924)	-
Subtotal	(6.060)	(5.872)
Total Líquido	(3.762)	(4.547)

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL--Continuação

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional tributável	25.750	23.507	25.750	23.507
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	2.060	1.881	3.090	2.821
Outras receitas	393	2.975	393	2.975
Base de cálculo	2.453	4.856	3.483	5.796
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(368)	(728)	(313)	(522)
Adicional (10%)	(221)	(460)	-	-
Ajuste de Anos anteriores	2.966	-	1.076	-
Outros ajustes	(10)	-	10	-
IRPJ e CSLL corrente	2.367	(1.188)	773	(522)
IRPJ e CSLL diferido	237	136	142	74
IRPJ e CSLL no resultado	2.604	(1.052)	915	(448)

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2024		2023		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	2.198	2.198	142	142	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs e Operações Compromissadas)	3	665	665	-	-	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de Investimentos	3	2.602	2.602	-	-	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	4	2.266	2.266	12.845	12.845	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	5	3.238	3.238	1.401	1.401	Custo amortizado
Contas a receber partes relacionadas		-	-	1.787	1.787	Custo amortizado
Total		10.969	10.969	16.175	16.175	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		637	637	2.347	2.347	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	8	30.865	30.865	35.696	35.696	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		1.001	1.001	1.361	1.361	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	9	48.108	48.108	35.127	35.127	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		-	-	1.933	1.933	Custo amortizado
Dividendos a pagar		127	127	127	127	Custo amortizado
Total		80.738	80.738	76.591	76.591	

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

15.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e cauções e depósitos vinculados.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.465	142
Contas a receber de clientes	3.238	1.401
Cauções e depósitos vinculados	2.266	12.845
Total	10.969	14.388

(b.2) Risco de gerenciamento de capital.

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

15.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.2) Risco de gerenciamento de capital--Continuação

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	30.865	35.696
Caixa e equivalentes de caixa	(2.198)	(142)
Garantias de financiamento	(2.266)	(2.439)
Divida líquida	26.401	33.115
Patrimônio líquido	41.462	32.566
Divida líquida / Patrimônio líquido	63,68%	101,69%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 8.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, as informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	637	-	-	-	637	2.347
Empréstimos e financiamentos	2.036	5.992	15.118	20.078	43.224	49.823
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	2.031
Dividendos a pagar	-	127	-	-	127	127
Total	2.673	6.119	15.118	20.078	43.988	54.328

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2024.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

15.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs e Operações Compromissadas)	665	-
Quotas de fundos de Investimentos	2.602	-
Empréstimos e financiamentos	(32.885)	(38.053)
Total	(29.618)	(38.053)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção do indexador TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

Aplicações Financeiras	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,42%	13,90%	17,37%	20,85%
CDBs e Operações Compromissadas	CDI	665	46	69	92	116	139
Quotas de fundos de Investimentos	CDI	2.602	181	271	362	452	543
Impacto no resultado			227	340	454	568	682
Total da exposição líquida			227	340	454	568	682

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			4,37%	6,56%	8,75%	10,93%	13,12%
BNDES	TJLP	(32.885)	(2.278)	(3.016)	(3.752)	(4.488)	(5.226)
Impacto no resultado			(2.278)	(3.016)	(3.752)	(4.488)	(5.226)
Total da exposição líquida			(2.278)	(3.016)	(3.752)	(4.488)	(5.226)

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,26%	7,51%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(48.108)	(1.203)	(1.804)	(2.408)	(3.012)	(3.613)
Impacto no resultado			(1.203)	(1.804)	(2.408)	(3.012)	(3.613)
Total da exposição líquida			(1.203)	(1.804)	(2.408)	(3.012)	(3.613)

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

15.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”), conforme nota explicativa nº 8. Os montantes relacionados às dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custos de transação.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024 (vide nota explicativa nº 8).

A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

15.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Constrained-off de usinas eólicas--Continuação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do constrained-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do constrained-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do constrained-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por constrained-off.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

15.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Constrained-off de usinas eólicas--Continuação

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por constrained-off e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por constrained-off para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.